

A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular: por uma pedagogia da variação linguística nos componentes de língua portuguesa do ensino fundamental e médio

Linguistic variation in the Common National Curriculum Base of Basic Education: an analysis of the Portuguese language components of elementary and high school through the pedagogy of linguistic variation

Milena Santos Cardoso¹
Jakeline Semechechem²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe o trabalho com a variação linguística nos componentes de Língua Portuguesa dos ensinos Fundamental e Médio, buscando compreender se o que é proposto contempla uma pedagogia da variação linguística. Os principais pressupostos teóricos que orientam este estudo são da Sociolinguística, em especial, da Sociolinguística Educacional, com a discussão de conceitos como heterogeneidade da língua, variação linguística, variação linguística e ensino, pedagogia da variação linguística, entre outros (BAGNO, 2003; 2007; 2013; BORTONI-RICARDO, 2004; 2005; CYRANKA, 2016; FARACO, 2008; 2015; 2017; 2020; SCHERRE, 2008). Os procedimentos metodológicos adotados foram de abordagem qualitativa do tipo documental. Os resultados da análise mostram que, embora o documento contemple alguns dos objetivos da pedagogia da variação, ele não dá conta de todas as questões que deveriam ser trabalhadas para se ter uma efetiva pedagogia da variação linguística no ensino de língua portuguesa nos ensinos Fundamental e Médio.

Palavras-chave: *Variação linguística. BNCC. Pedagogia da variação linguística*

Abstract

The aim of this article is to analyze how the Common National Curriculum Base of Basic Education proposes the work with linguistic variation in the Portuguese language components of elementary and high school, also to understand whether what is proposed attends a pedagogy of linguistic variation. The main theoretical assumptions that guide this study are Sociolinguistics, especially Educational Sociolinguistics, with the discussion of concepts such as heterogeneity of language, linguistic variation, linguistic variation and teaching, pedagogy of linguistic variation, among others (BAGNO, 2003; 2007; 2013; BORTONI-RICARDO, 2004; 2005; CYRANKA, 2016; FARACO, 2008; 2015; 2017; 2020; SCHERRE, 2008). The methodological procedures adopted were the qualitative approach of the documentary type. The results of the analysis show that, although the document contemplates some of the goals of variation pedagogy, it does not attend all the goals that should be attended in order to have an effective pedagogy of linguistic variation in the teaching of Portuguese in elementary and high school.

¹ Licencianda em Letras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e membro do grupo de pesquisa “Língua(gem), Letramentos, Diversidade e Formação docente”.

² Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), com estágio de doutoramento na Universidade de Coimbra (UC/PT), mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá e graduada em Letras pela Universidade Estadual do Centro - Oeste.

Keywords: *Linguistic variation. CNCB. Pedagogy of linguistic variation*

Recebido em: 31/07/2020.

Aceito em: 10/10/2020.

Introdução

Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001) e Bortoni-Ricardo (2005) salientam que nas escolas brasileiras ainda não se deu a devida atenção à diversidade linguística, já que os eventos produzidos em sala de aula, na maioria das vezes, não reproduzem os padrões sociolinguísticos dos alunos, tampouco refletem suas identidades locais. Trata-se de um ensino no qual a variação da língua é invisibilizada ou silenciada, fica em segundo plano na prática docente ou é tratada de maneira imprecisa (BAGNO, 2007, 2013). Faraco (2015) destaca que, nas escolas brasileiras, ainda se tem uma concepção mais tradicional da variação linguística, visto que o ensino ainda é regido sobre a noção do certo e do errado. É consenso dos sociolinguistas que é necessário avançar em termos da inserção da variação linguística na escola (BAGNO, 2007, 2013; BORTONI-RICARDO, 2005; FARACO, 2015, 2017).

Atualmente, no Brasil, as escolas públicas municipais e estaduais, assim como as privadas, estão passando por uma readequação curricular, algumas já reformularam seus currículos e outras ainda estão em processo de reformulação, tendo em vista a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC corresponde a um documento normativo que prescreve as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica (BRASIL, 2018). Dado o valor referencial que esse documento possui, Gerhardt e Amorim (2019, p. 19) afirmam que:

Há urgência em abrir espaços de diálogos sobre a BNCC e o que ela representa dentro do grande projeto de um Brasil ajustado à geopolítica mundial contemporânea, o qual inclui de imediato estabelecer objetivos para a formação educacional dos brasileiros. Tais projetos não são novos, mas nos tempos atuais assumem facetas e imagens específicas do tempo em que vivemos, facetas essas constituindo capilaridades que precisam ser postas no centro da discussão.

Dentre as facetas que precisam ser postas no centro da discussão, em relação à BNCC, está a necessidade de investigar como esse documento trata da variação linguística no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, especificamente nos componentes de língua portuguesa, partindo, primordialmente, das premissas levantadas por alguns sociolinguistas brasileiros, como Bagno (2007, 2013) e Faraco (2017), que discutem a necessidade de haver uma reeducação sociolinguística e/ou uma pedagogia da variação linguística para que o tratamento da variação linguística ocorra de forma efetiva na escola e, conseqüentemente, venha a contribuir para a educação linguística dos alunos.

Outros pesquisadores já têm se voltado para a análise da variação no documento em perspectivas diferentes (PATRIOTA; PEREIRA, 2018; SANTOS; MELO, 2019;

SANTOS; SANTANA, 2019)³. Diante do exposto, ressalta-se que esse trabalho irá somar com as pesquisas que contribuem para a compreensão do tratamento da variação da língua portuguesa na BNCC. Vale destacar que, no presente artigo, a variação linguística no documento é problematizada pelo viés da pedagogia da variação linguística.

Neste texto, busca-se compreender como a BNCC propõe o tratamento da variação linguística nos componentes de Língua Portuguesa dos ensinos Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Médio e se o tratamento proposto pelo documento contribui para uma pedagogia da variação linguística (FARACO, 2017, 2020). Busca-se também verificar se o tratamento da variação linguística está presente em todas as práticas de linguagem e analisar as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas em relação à variação linguística.

Realizamos uma investigação com abordagem qualitativa do tipo documental e nos fundamentamos nos pressupostos da Sociolinguística, em especial, da Sociolinguística Educacional, discutindo conceitos como heterogeneidade da língua, variação linguística, variação linguística e ensino, pedagogia da variação linguística, etc. (BAGNO, 2003; 2007; 2013; BORTONI-RICARDO, 2004; 2005; CYRANKA, 2016; FARACO, 2008; 2015; 2017; 2020; SCHERRE, 2008), entre outros.

Varição linguística e ensino

O ensino de Língua Portuguesa, em muitas escolas, ainda está pautado, exclusivamente, no ensino de gramática normativo-prescritiva, com uma preocupação com as regras e as nomenclaturas gramaticais, embora as discussões sobre o ensino de língua tenham avançado, tendo em vista uma concepção interacionista de linguagem.

Nesse cenário, Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) afirma que no Brasil “as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. A escola é norteadora para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”. Isso inclui, sobretudo, a variação linguística, que é taxada como “erro”, “desvio” da língua que precisa ser evitado. Logo, quando mencionada no ensino e, principalmente, nos livros didáticos de Língua Portuguesa, o tratamento dado à variação linguística é ainda precário, visto que, conforme Bagno (2007, 2013) e Faraco (2015) discutem, esse fenômeno aparece sempre atrelado ao uso exclusivo de falantes rurais, pobres, de baixa escolaridade, como se os falantes urbanos, escolarizados não apresentassem variação em suas manifestações linguísticas, isto é, como se esses falantes usassem a língua de forma “correta”.

³ Patriota e Pereira (2018) propuseram analisar, em termos gerais, o tratamento dado à variação linguística, na interface do ensino, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, ainda na segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), e concluíram que no documento há lugar para o tratamento do fenômeno, que inclusive é assegurado como um dos seis objetivos que precisam ser garantidos durante a Educação Básica. Santos e Melo (2019) analisaram a variação linguística também no Ensino Fundamental, mas na versão final do documento. Ancorados em uma perspectiva funcionalista da língua, constataram que o documento aborda a variação a luz de vários aspectos da concepção da linguística funcional, porém, eles chamam a atenção para a necessidade que o tratamento da variação fica mais restrito aos eixos da análise linguística/semiótica e da oralidade, sendo necessário relacionar tal objeto de conhecimento a outros eixos, como o de leitura e de escrita. Por fim, Santos e Santana (2019) analisaram o tratamento dado à variação linguística para o Ensino Médio e a concepção de linguagem adotada pela BNCC, e concluíram que embora o documento aborde a variação da língua, deixa em aberto como deve ser trabalhado o conteúdo.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) salienta que:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder da persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades.

Trata-se de a escola conscientizar o aluno acerca da variação linguística e da avaliação social que é conferida ao falante ao empregar determinadas formas linguísticas. Dessa maneira, as peculiaridades linguísticas e a identidade cultural do aluno serão preservadas.

Nesse viés, a autora inaugura no Brasil a Sociolinguística Educacional, que se volta para a inserção do trabalho com a variação linguística em sala de aula. Segundo Cyranka (2016, p. 169-170), na perspectiva da sociolinguística educacional, “[...] o conceito de ‘certo/errado’ em linguagem é substituído pelo de ‘adequado/inadequado’, o que predispõe os alunos ao desejo de ampliarem a competência comunicativa que já possuem [...]”, já que eles tornam-se mais confiantes ao saber que sua variedade linguística não está errada, mas que ela tem contextos específicos de uso.

Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2004) propõe que se trabalhe a variação do português brasileiro em sala de aula, com base em três contínuos, sendo o terceiro correspondente ao contínuo de monitoração estilística, que vai desde as interações espontâneas do falante, realizadas com pouca preocupação quanto à forma da língua, até aquelas que exigem maior planejamento, por exigir muita atenção do falante (BORTONI-RICARDO, 2004). De acordo com a sociolinguista, os fatores que levam o falante a monitorar o estilo são: o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa; logo, ela afirma que “com um mesmo interlocutor, o estilo poderá tornar-se mais ou menos monitorado em função do *alinhamento* que assumimos em relação ao tópico e ao próprio interlocutor [...]” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 63), o que vai determinar será sempre o contexto. Ainda conforme Bortoni-Ricardo (2005), o ensino da norma culta deve ser apenas para a ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, para que ele consiga ter acesso aos estilos monitorados da língua e, por conseguinte, adéque-os às situações que exigem maior grau de formalidade.

Dessa forma, Bortoni-Ricardo (2004, 2005) afirma que o professor precisa adotar, em sala de aula, uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes do estudante. Trata-se do educador valorizar o perfil sociolinguístico do aluno, por isso é preciso que ele adote em sala de aula estratégias que possibilitem a participação efetiva do estudante; isto inclui, por exemplo, o desenvolvimento de atividades que reproduzam a realidade social do aluno, fazendo com que ele conquiste sua autonomia linguística. Nesse sentido, o professor cria caminhos propícios para ampliação do repertório linguístico do aluno, conscientizando-o acerca da pluralidade linguística e do preconceito linguístico arraigado na sociedade, bem como fornecendo os estilos mais monitorados da língua, mostrando como e quando devem usar esses estilos. Conforme Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001, p. 102), “[...] a escola tem de aceitar a diversidade e torná-la funcional”, isto é, para que se instaure um ensino democrático em nosso país, faz-se necessário que a diversidade linguística seja objeto de ensino.

Bagno (2013) afirma que é fundamental que uma escola democratizadora desconstrua os discursos excludentes que se fundaram em torno da língua. Por isso é necessário que se instaure uma educação linguística que reconheça a heterogeneidade da língua, juntamente com os mitos nefastos que caem sobre ela. Segundo Bagno (2007, 2013), é preciso que haja uma educação ou reeducação sociolinguística. De acordo com o autor, é uma reeducação devido ao fato de a educação linguística primária ocorrer na esfera familiar de qualquer pessoa, antes de ela ter contato com a cultura da escola. Porém, a partir do momento que essa pessoa tem acesso à cultura do domínio escolar, tudo o que ela aprendeu espontaneamente, até então, vai se transformar em “saber formalizado” (BAGNO, 2007, p. 82). Assim, a reeducação sociolinguística corresponde a:

[...] uma educação nova, de uma reorganização dos saberes linguísticos que não tem nada que ver com ‘correção’, nem com substituição de um modo de falar por outro – ao contrário, a reeducação sociolinguística tem que partir daquilo que a pessoa já sabe e sabe bem: falar a sua língua materna com desenvoltura e eficiência. E é uma reeducação sociolinguística porque é através dela que o aprendiz conhecerá os juízos de valor sociais que pesam sobre cada uso da língua (BAGNO, 2007, p. 83-84).

Isso significa, segundo Bagno (2007), que o professor deve conscientizar o aluno de que ele possui plena capacidade de expressão, e de que seu modo de falar é válido assim como qualquer outro, pois não existe forma linguística “melhor” ou “pior”, mas sim, formas diferentes, que estão sujeitas a juízos de valor sociais.

Faraco (2015, 2017), por sua vez, defende que a escola deve formar cidadãos conscientes linguisticamente; por isso, propõe que é necessária uma pedagogia da variação linguística, a qual possibilita que o aluno reflita sobre a língua e seus usos nos diversos contextos sociais. De acordo com o autor, trata-se de uma pedagogia que leva em conta não só as questões internas à língua, mas também as questões socioculturais que permeiam o universo no qual ela está inserida. Segundo Faraco (2017, p. 134):

Uma pedagogia da variação linguística tem, portanto, entre seus objetivos, garantir que os alunos percebam e entendam a variação linguística; em consequência, sejam capazes de superar criticamente os imaginários da língua única, da língua certa, da língua pura, da língua homogênea; e abandonem, também criticamente, todos os gestos de discriminação e violência simbólica.

Desse modo, é relevante que o professor rompa com a ideia de língua única e adote práticas didático-pedagógicas que permitam que o aluno perceba e entenda a variação linguística e, sobretudo, rejeite o preconceito linguístico (ZILLES; FARACO, 2015). Isso implica, dentre outras coisas, trabalhar com os modos de fala presentes no cotidiano do aluno, o que facilita que eles assimilem novas variedades linguísticas em sala de aula, inclusive, as cultas.

Nessa perspectiva, Faraco (2015, p. 26) afirma que devemos compreender a nossa realidade linguística e inseri-la em nossas preocupações político-pedagógicas, para que possamos “avançar na construção de uma pedagogia que seja capaz, de fato, de dar acesso à expressão culta sem demonizar as expressões ditas populares”, isto é, ampliar o repertório linguístico do aluno, porém sem estigmatizar as variedades que ele já possuía antes de ter acesso à cultura letrada.

No que tange à efetivação de uma pedagogia da variação linguística na escola, Faraco (2020) propõe três objetivos: conhecer e entender a variação linguística; entender e respeitá-la e; transitar com segurança pelo seu universo. Conforme o autor, o primeiro objetivo justifica-se pelo fato de que, para compreender a heterogeneidade da língua, torna-se imprescindível entender criticamente a história socioeconômica, cultural e sociolinguística da sociedade brasileira e, assim, desenvolver “a percepção de que os estigmas que recaem sobre algumas variedades se assentam num conjunto de valores culturais constituídos historicamente” (FARACO, 2020, n. p.).

Consequentemente, esse objetivo interliga-se ao segundo objetivo, que visa fazer com que o aluno adote uma atitude de respeito linguístico incondicional e indistinto. Nas palavras do autor, “tendo diante de si o amplo quadro das relações sociedade e língua ser capaz de compreender que o modo como cada pessoa fala espelha sua história socioeconômica e sociocultural e a da sua classe social” (FARACO, 2020, n. p.), ou seja, cada modo de fala tem uma razão de ser e uma explicação perfeitamente possível de ser descrita e explicada. Por fim, o terceiro objetivo, que é o acesso à norma de referência para designar a norma culta, que opera diretamente na escrita monitorada e ao português brasileiro falado *standart*, termos propostos por Faraco (2020), para designar a norma culta. Segundo o autor, é preciso que o aluno tenha acesso a essa norma que opera diretamente na escrita monitorada. Logo, é necessário que o aluno conheça e domine suas características, compreendendo, assim, as suas funcionalidades.

Cyranka (2016) afirma que uma pedagogia da variação linguística deve contemplar efetivamente a ampliação da competência linguística do aluno, desde a modalidade oral até a escrita, tornando, portanto, os usuários autônomos e livres, já que os liberta da ideia nefasta de que a língua “certa” é aquela descrita nas gramáticas normativo-prescritivas. Nesse sentido, conforme aponta Cavalcanti (2015, p. 301), “o professor no mundo contemporâneo precisa ajudar a desfazer/desconstruir o que foi construído durante séculos – as barreiras linguísticas dentro do próprio país”.

A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento parametrizador do ensino, tido como referência nacional obrigatória para a (re)formulação dos currículos escolares dos Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2018). O documento foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC) em duas partes: a primeira em 20 de dezembro de 2017, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental; e a segunda em 14 de dezembro de 2018, para a etapa do Ensino Médio, que juntas, no final de dezembro de 2018, integraram-se em um único volume: A Base Nacional Comum Curricular: educação é a base (BONINI; COSTA-HÜBES, 2019).

Segundo Bonini e Costa-Hübes (2019, p. 18), a BNCC é apresentada como um “documento de caráter normativo, que tem por finalidade arrolar o que, em seus próprios termos, seriam as *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Cabe destacar que a BNCC é a referência, mas não é o currículo, pois enquanto a primeira estabelece os objetivos pretendidos, o segundo cria caminhos para alcançar esses objetivos (BONINI; COSTA-HÜBES, 2019). Para atender seus objetivos, isto é, para garantir as aprendizagens essenciais para os estudantes, o

documento propõe o desenvolvimento de competências gerais e específicas⁴, que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade.

Na BNCC, o Ensino Fundamental está estruturado da seguinte maneira: cinco áreas de conhecimento, competências específicas de cada área, componentes curriculares (disciplinas) e competências específicas de cada componente. Além disso, apresenta para os Anos Iniciais e Finais, as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades⁵ que devem ser trabalhadas nessas etapas do ensino.

O componente de língua portuguesa está na área de Linguagens. Ao tratar do componente de língua portuguesa de modo geral, tanto em relação aos Anos Iniciais quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, seção 4.1.1 *Língua Portuguesa*, identificamos que a pluralidade linguística é abordada “[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico” (BRASIL, 2018, p. 70).

Nesse sentido, o documento coloca como relevante que se estude a heterogeneidade linguística, a fim de possibilitar que o aluno conheça e valorize as diversas manifestações da língua, em seus diferentes contextos de uso, além de reconhecer as atitudes depreciativas que, muitas vezes, são atribuídas a esses usos linguísticos, gerando o preconceito linguístico. Isso está em consonância com o compromisso com a educação integral, que está inserida na seção *Os fundamentos pedagógicos da BNCC*: “[...] a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p. 14).

Também no que tange ao componente de língua portuguesa no Ensino Fundamental, identificamos que o documento propõe que sejam contempladas as mais diversas manifestações linguísticas e culturais, a fim de expandir o conhecimento do aluno, fazendo com que ele conviva e interaja com o diferente, pois “[...] é importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente” (BRASIL, 2018, p. 70).

Relembramos que no componente de língua portuguesa do Ensino Fundamental, o ensino parte de práticas de linguagem situadas em diferentes eixos, sendo eles: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. Contudo, cabe ressaltar que o documento destaca que a separação das práticas de linguagem/eixos ocorre por uma questão de organização do texto, mas uma habilidade que está relacionada a um eixo/prática de linguagem também pode ser trabalhada em outra prática de linguagem ou eixo (BRASIL, 2018). Apresentada a ressalva do documento, passamos para a discussão de como a variação linguística tem sido tratada nos diferentes eixos/práticas de linguagem.

⁴ A BNCC define competência “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” BRASIL (2018, p. 8), ou seja, corresponde a capacidade do aluno mobilizar recursos para resolver situações complexas.

⁵ Segundo o documento, as habilidades “expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (BRASIL, 2018, p. 29), ou seja, são os objetivos que o documento pretende que o aluno desenvolva em cada nível de escolaridade. Cabe destacar, que cada habilidade (objetivo) é identificada por um código alfanumérico (BRASIL, 2018).

A menção ao trabalho com a variação linguística no Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais, ocorre em habilidades referentes a algumas práticas de linguagem que se realizam, especificamente, nas práticas/eixos de produção de texto, oralidade e análise linguística/semiótica, conforme apresentamos na sequência. Primeiramente, identificamos o tratamento da variação linguística no eixo de produção de textos, conforme quadro a seguir.

Quadro 1

Eixo da Produção de Textos	
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam</u>, incluindo-se aí a multissemiótica e características da conectividade (uso de hipertextos e hiperlinks, dentre outros, presentes nos textos que circulam em contexto digital).
Construção da textualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Usar <u>recursos linguísticos</u> e multissemióticos de forma articulada e <u>adequada</u>, tendo em vista o <u>contexto de produção do texto</u>, a construção composicional e o estilo do gênero e os efeitos de sentido pretendidos.
Estratégias de produção	Desenvolver estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, <u>considerando-se sua adequação aos contextos em que foram produzidos</u> , ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), <u>à variedade linguística</u> e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/ campo de circulação, <u>adequação à norma-padrão etc.</u>

Fonte: Brasil (2018, p. 77-78, grifos nossos).

Nota-se que essas dimensões visam contemplar tal eixo considerando as “condições de produção dos textos”, a “construção da textualidade” e as “estratégias de produção”. Com base nos trechos que grifamos, pode-se afirmar que as três dimensões se voltam para que o aluno reflita sobre o uso da língua nos diferentes contextos sociais, a fim de identificar os recursos estilísticos adotados em cada evento comunicativo e, conseqüentemente, desenvolver a capacidade de adequar seus textos (orais ou escritos) aos contextos específicos de uso, utilizando a variedade linguística adequada, bem como a norma-padrão.

Desse modo, entendemos que, no eixo de produção de textos, é levado em conta que “toda produção linguística é dependente do contexto em que se encontra o falante [...]” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 76). Bagno (2007) afirma que a variação linguística pode ser classificada em tipos específicos: regionais e continuum rural/urbano (variação diatópica), sociais/classes e grupos sociais (variação diastrática ou variação social), na comparação entre a língua falada e a língua escrita (variação diamésica), estilística (variação diafásica) e histórica (variação diacrônica). Dito isso, constata-se que, no eixo de produção de texto, as dimensões propostas consideram um tipo específico de variação linguística, no caso a variação estilística (diafásica), a qual, segundo Bagno (2007), corresponde à variação que ocorre no comportamento linguístico de todo falante, a depender da situação interacional em que ele se encontra.

No entanto, no que tange à norma-padrão, o documento ressalta a necessidade de adequar as ocorrências linguísticas a essa norma, nas situações que a requeiram (BRASIL, 2018). Nota-se que os estudos teóricos e metalinguísticos, no qual está inserido o estudo da

norma-padrão, deve ser trabalhado de forma contextualizada, em práticas de linguagem situadas, possibilitando, assim, que o aluno reflita sobre o uso da língua e amplie suas capacidades comunicativas.

[...] estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem (BRASIL, 2018, p. 71).

Entretanto, cabe destacar que, na concepção sociolinguística, a norma-padrão é um “produto cultural, modelo artificial de língua criado justamente para tentar ‘neutralizar’ os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes” (BAGNO, 2007, p. 38-39). Bagno (2007) propõe os conceitos de variedades prestigiadas, para se referir à norma culta, aquela empregada por falantes escolarizados, em situações que exigem um maior grau de monitoramento estilístico; e de variedades estigmatizadas, para se referir às normas populares ou vernáculas, que são as variedades linguísticas empregadas pelas pessoas pobres, habitantes das zonas rurais e/ou das periferias das grandes cidades, com baixa escolaridade (BAGNO, 2007).

Faraco (2008, 2015, 2020), por sua vez, denomina como norma culta/comum/*standard*, o conjunto de variedades linguísticas não estigmatizadas, empregadas pelos falantes urbanos, em situações mais monitoradas das interações sociocomunicativas. O autor propõe que, no lugar de norma-padrão, a qual ele também denomina “norma curta”, por ser uma norma estreita, dogmática, sem respaldos linguísticos, sustentada na cultura do “erro”, se politize o conceito de norma de referência. Segundo o autor, essa norma de referência deve emergir da norma culta efetivamente usada, que opera em certas situações linguísticas, especificamente, na escrita monitorada, e do português brasileiro falado *standard*. Todavia, por mais que a norma de referência seja uma padronização da língua, ao contrário da norma-padrão, “ela não desmerece a complexidade e a exuberância da variação linguística” (FARACO, 2020, n. p).

No documento, entretanto, não há distinção entre a norma culta e a norma-padrão, tampouco é enfatizado o que se entende por norma-padrão. Além disso, no trecho “norma-padrão e outras variedades da língua” (BRASIL, 2018, p. 71), fica a impressão que o documento considera a norma-padrão também como uma variedade linguística e considerar a norma-padrão como uma variedade da língua efetivamente usada é um grande equívoco (BAGNO, 2013).

Na sequência, apresentamos como a variação linguística está presente no eixo da oralidade dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Quadro 2

Eixo da Oralidade	
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	• Refletir sobre <u>diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais</u> e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose.

<p>Relação entre fala e escrita</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer <u>relação entre fala e escrita</u>, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), <u>as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar</u> o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão. • Refletir sobre as <u>variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.</u>
--	--

Fonte: Brasil (2018, p. 79-80, grifos nossos).

No eixo da oralidade, as dimensões que contemplam a variação linguística se apresentam sobre as “condições de produção dos textos orais” e da “relação entre fala e escrita”. Na condição de produção de textos orais, visa-se levar o aluno a refletir e conhecer os diferentes contextos sociais de produção de eventos da oralidade, possibilitando, assim, que o aluno perceba as diferenças formais, estilísticas e linguísticas do texto oral em cada contexto específico, ou seja, trata-se da variação estilística, a qual foi discutida acima, no eixo de produção de textos. Na relação entre fala e escrita, visa-se comparar como a fala e a escrita se articulam nos gêneros orais e escritos, de modo que o aluno perceba suas semelhanças e suas diferenças, assim como os recursos composicionais e linguísticos usados na constituição de cada um. Essa comparação entre a modalidade falada e a modalidade escrita da língua corresponde à variação diamésica, a qual Bagno (2007, p. 46) define como “a que se verifica na comparação entre a língua falada e a língua escrita. Na análise dessa variação é fundamental o conceito de gênero textual”.

No eixo de análise linguística/semiótica, contemplando os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, é proposto que:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2018, p. 81).

Nesse eixo, é tratada explicitamente da necessidade de o aluno refletir acerca da variação e da mudança linguística, reconhecidas pelo próprio documento como “inerentes a qualquer sistema linguístico” (BRASIL, 2018, p. 81). Além das variedades linguísticas serem objetos de reflexão, também é proposto que o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas deve ser objeto de reflexão. Quando o documento refere-se às variedades estigmatizadas, embora não haja a definição do que seriam essas variedades dentro do documento, se tomarmos a definição de Bagno (2007), podemos inferir que, ao propor o tratamento das variedades estigmatizadas, se inclui a variedade relacionada às classes e grupos sociais (variação diastrática). Cabe destacar que o documento enfatiza também que o valor social atribuído a essas variedades está relacionado a preconceitos sociais, portanto, deve ser objeto de estudo.

Ainda no eixo análise linguística/semiótica, o documento apresenta para o Ensino Fundamental um quadro com os conhecimentos linguísticos que devem ser tratados

transversalmente no componente de língua portuguesa, sendo esses relacionados à ortografia, à pontuação, aos conhecimentos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos), entre outros. Nesse quadro, os conhecimentos linguísticos estão organizados na seguinte ordem: Fono-ortografia, Morfossintaxe, Sintaxe, Semântica, Variação linguística e Elementos notacionais da escrita. O excerto abaixo representa as habilidades voltadas para os conhecimentos da variação linguística.

Quadro 3

Variação linguística	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. • Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
-----------------------------	---

Fonte: Brasil (2018, p. 83).

Primeiramente, o documento sugere que, no campo do conhecimento relacionado à variação linguística, o aluno conheça algumas das variedades que o português brasileiro apresenta e compreenda que essas diferenças linguísticas operam em todos os níveis da língua, bem como avalie os efeitos semânticos que elas produzem. Observa-se que essa habilidade está em consonância com o que Bagno (2007, p. 39) defende, ao afirmar que “a variação ocorre em todos os níveis da língua”. Posteriormente, o documento propõe que se discuta no campo da variação linguística, a existência das variedades prestigiadas e estigmatizadas da língua, o que nos possibilita afirmar que, mesmo implicitamente, é abarcado um tipo específico de variação: a variação social relacionada às classes/grupos sociais (variação diastrática), assim como também os valores sociais que são atribuídos a essas variedades, nas quais algumas são consideradas “bonitas” e outras são ridicularizadas, gerando o preconceito linguístico. Por isso, o documento propõe que é necessário questionar criticamente as bases dessa avaliação social.

Desse modo, o que o documento apresenta está em consonância com as discussões dos sociolinguistas, pois, conforme Bagno (2007, p. 76) aponta: “[...] as formas linguísticas vão ser julgadas e avaliadas de acordo com os juízos de valores sociais atribuídos a quem se serve delas [...]”, ou seja, na verdade, trata-se de uma avaliação social, e não linguística, embora o documento não mencione as bases que definem quais variedades são prestigiadas e quais são estigmatizadas. Entretanto, ao deixar em aberto “questionando suas bases de maneira crítica”, o documento abre a possibilidade para isso, e, ao não colocar a questão de modo explícito para que esse tratamento ocorra, o professor precisa ter conhecimento das discussões no âmbito da sociolinguística. Além disso, ao tratar das variedades estigmatizadas, embora o documento não as mencione explicitamente, partindo do conceito de variedades estigmatizadas na sociolinguística, é possível incluir também a variedade relacionada às classes e grupos sociais (variação diastrática), mas, para isso, é preciso a compreensão pelo professor ou pela escola na elaboração do currículo do conceito e de quais seriam as variedades estigmatizadas.

No que se refere ainda ao ensino fundamental, dentre as dez competências específicas de Língua Portuguesa para os Anos Iniciais e Finais, três delas fazem menção à variação linguística, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 4

Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental	
1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem;	
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos;	
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.	

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018, p. 87).

Na competência específica 1, temos a de compreensão da língua como heterogênea, vinculada aos usos sociais que fazemos dela e meio de construção identitária, o que se coaduna com as discussões de Bagno (2007), Faraco (2008) e Bortoni-Ricardo (2004). A competência 4 volta-se, explicitamente, para a necessidade de entender a variação como algo natural da língua, portanto, deve-se ter respeito por todas as variedades linguísticas e desconstruir qualquer tipo de preconceito linguístico. Essa habilidade dialoga com o que Scherre (2008, p. 98) afirma, ao dizer que, para um bem ensinar, é necessário, dentre outras coisas, “uma atitude sem preconceito e respeitosa” diante dos fatos linguísticos. Já a competência 5 refere-se à adequação linguística que o aluno deve fazer em suas interações sociais, isso implica, empregar a variedade e o estilo de linguagem adequado a cada situação comunicativa, na qual deve ser considerado também o(s) interlocutor(es) e o gênero do discurso adotado, ou seja, temos aqui ênfase na variação estilística (variação diafásica).

Até aqui abordamos o tratamento da variação linguística no componente de língua portuguesa para todo o Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais. Passamos agora a focar, especificamente, o tratamento da variação linguística nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que está inserido na seção 4.1.1.1 *Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades*. Identificamos que a variação linguística é abordada como objeto de conhecimento de prática de linguagem situada e que as habilidades contemplam séries específicas, conforme apresentamos no quadro a seguir.

Quadro 5

LÍNGUA PORTUGUESA – 3º AO 5º ANO					
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES		
			3º ANO	4º ANO	5º ANO
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					
Oralidade		Variação linguística	(EF35LP11) Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos.		

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018, p. 112-113).

Especificamente na seção que se refere aos Anos Iniciais, a variação linguística como objeto de conhecimento está presente do 3º ao 5º ano, na prática de linguagem

“Oralidade”, e em relação a todos os campos de atuação: campo da vida cotidiana, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa e campo da vida pública (BRASIL, 2018). Observa-se que a habilidade referente à variação linguística que contempla os alunos do 3º ao 5º ano refere-se mais explicitamente à variação diatópica, pois propõe que se comparem os “modos de falar de lugares diferentes” (BAGNO, 2007, p. 46). Para isso, o documento recomenda que os alunos escutem textos orais de diferentes variedades linguísticas, a fim de identificar as diferenças e as peculiaridades que cada variedade apresenta, e, diante disso, agir com respeito diante de diferentes manifestações linguísticas, em especial, das variedades de diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, buscando a recusa a preconceitos linguísticos.

Na sequência, abordamos o tratamento da variação linguística na seção que trata especificamente dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Na seção 4.1.1.2. *Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades*, a variação linguística é tratada como objeto de conhecimento do 6º ao 9º ano.

Quadro 6

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018, p.160-161).

Pontualmente, na seção que trata dessa etapa do ensino, a variação linguística é objeto de conhecimento da prática de linguagem “Análise Linguística/Semiótica”. A primeira habilidade propõe que o aluno reconheça as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e de preconceito linguístico. Observa-se que essa habilidade refere-se ao reconhecimento, incluindo o conceito de norma-padrão. Entretanto, cabe ressaltar que no documento não há clareza do que está sendo entendido por norma-padrão. A segunda habilidade requer que o aluno faça uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada. Cabe destacar que, nessa habilidade, o documento está se referindo ao uso da norma-padrão, por isso podemos depreender que o conceito de norma-padrão subjacente ao documento não é o mesmo discutido por Bagno (2007, p. 106), “não corresponde a nenhum uso real da língua”, nem mesmo é falada pelas pessoas que têm acesso às variedades prestigiadas linguisticamente. Nessa habilidade, conforme Santos e Melo (2019) também discutem, o documento contempla dois tipos de variação: a variação diafásica, que é motivada extralinguisticamente pelo comportamento estilístico do falante a depender do contexto de uso; e a variação diamésica, por ele ter de adequar os recursos linguísticos próprios dos textos falados e dos textos escritos.

Além dessas habilidades, o documento menciona novamente, na mesma seção do quadro anterior, o trabalho com a variação linguística nos 8º e 9º anos, porém com habilidade somente para o 9º ano.

Quadro 7

LÍNGUA PORTUGUESA – 8º E 9º ANOS			
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES	
		8º Ano	9º Ano
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO			
Análise linguística/semiótica	Variação linguística		(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018, p.190-191).

Como nota-se, tal habilidade refere-se somente ao 9º ano, e visa que os alunos identifiquem o uso de palavras estrangeiras que se inserem na língua portuguesa. Essa habilidade contempla a mudança linguística, fenômeno o qual, segundo Bagno (2007, p. 164), é “inevitável” e “irrefreável”, pois a incorporação de empréstimos linguísticos de outro idioma atribui renovação à língua. Ademais, a habilidade também menciona a variação diacrônica, ao propor que o aluno verifique se a forma gráfica da palavra permanece igual a sua forma de origem, ou seja, fazer a comparação pra ver se ela mudou ou não com o tempo; e contempla a variação estilística (diafásica), ao sugerir que se avalie a pertinência ou não de seu uso, isto é, se ela se adequa ao contexto de uso.

Passamos agora a discutir o tratamento da variação linguística no Ensino Médio. Segundo o documento, na etapa final da Educação Básica, ou seja, no Ensino Médio, é necessário “garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental [...]” (BRASIL, 2018, p. 464). É importante ressaltar que, na BNCC, a organização dessa etapa de ensino é diferente da organização do Ensino Fundamental. De acordo com Bonini e Costa-Hübes (2019, p. 34):

Em termos de educação secundária, a BNCC conceitualiza essa etapa e discorre sobre os *percursos formativos*, adendo a contrarreforma do Ensino Médio imposto pelo governo Temer via decreto. Na sequência, descreve e apresenta as competências e habilidades de quatro áreas de conhecimento e de apenas dois componentes curriculares: Língua Portuguesa e Matemática [...]. Os componentes Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia ficarão à mercê de decisões e possibilidades estaduais [...].

Na área de Linguagens e suas Tecnologias, área onde está inserido o componente de língua portuguesa, na seção 5.1.1. Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio: competências específicas e habilidades, há uma competência específica voltada para a variação linguística, que é a competência 4. Vale destacar também que, nessa etapa, as habilidades não estão divididas por seriação como no Ensino Fundamental, pois elas abarcam as três séries/anos do Ensino Médio de forma contínua. Dentre as competências específicas de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio, destacamos a competência quatro (4):

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no

enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 490).

De acordo com o documento, o objetivo dessa competência é fazer com que, ao final do Ensino Médio, os educandos compreendam a natureza dinâmica das línguas, respeitando as diferentes maneiras em que elas se apresentam e vivenciando-as como marca da identidade social de quem as empregam, bem como rejeitando e combatendo os preconceitos de qualquer natureza.

Também de acordo com o documento, as habilidades que precisam ser desenvolvidas no Ensino Médio, em relação à variação linguística das línguas, aplicando-se também à língua portuguesa, são as seguintes.

Quadro 8

Habilidades
(EM13LGG401) Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018, p. 494).

A habilidade EM13LGG401 propõe que os alunos analisem criticamente textos e, assim, sejam capazes de compreender e caracterizar o caráter heterogêneo e dinâmico das línguas, as quais sofrem influências (geo)política, histórica, social, cultural, e são sensíveis aos contextos de uso. Segundo Scherre (2008, p. 21), “somos nós que mudamos as línguas”, por isso elas vão assumir um caráter dinâmico, que varia conforme o uso que fazemos delas no tempo e no espaço. Já a habilidade EM13LGG402 refere-se à adequação linguística às diversas situações comunicativas, nas quais devem ser consideradas também o(s) interlocutor(es) e o gênero do discurso adotado; além disso, espera-se que o aluno, durante as interações sociais, respeite a variedade linguística e o estilo linguístico utilizado pelo(s) seu(s) interlocutor(es), agindo, portanto, sem preconceito linguístico. Essa habilidade contempla a variação diafásica, da qual o aluno deve ter conhecimento para monitorar-se ou não linguisticamente, a depender da “[...] relação ao próprio falante, ou escritor, [...] da sua interação discursiva, do interlocutor a quem ele se dirige, do assunto ou tema que desenvolve” (CYRANKA, 2016, p. 167).

Na parte que se refere especificamente ao componente de língua portuguesa, na seção 5.1.2. *Língua Portuguesa*, o documento propõe que:

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. A perspectiva de abordagem do português brasileiro também deve estar presente, assim como a reflexão sobre as razões de sua ainda pouca presença nos materiais didáticos e nas escolas brasileiras (BRASIL, 2018, p. 504).

Desse modo, no Ensino Médio, o estudante deve aprofundar a análise e a reflexão acerca da língua, em relação à contraposição existente entre a perspectiva prescritiva, que é ancorada na ideia de língua única (homogênea), e a perspectiva descritiva, que abarca a heterogeneidade linguística. O documento ressalta também que, embora continue visando a aprendizagem da norma-padrão, “em função de situações e gêneros que a requeiram”, outras variedades linguísticas devem ser exploradas. Além disso, nota-se que o documento, ao colocar o termo “outras” para tratar das variedades linguísticas está novamente considerando a norma padrão como variedade também.

Todavia, cabe salientar que o documento reconhece que a variedade linguística deve ter espaço e ser legitimada. Esse excerto está em consonância com o que Bagno (2007, p. 116) sugere, ao afirmar que “em vez de tentar ensinar somente a regra A ou somente a regra B, como se elas fossem mutuamente excludentes, é possível transformar em objeto e objetivo de ensino a própria existência de A e B, e o convívio das duas”, ou seja, é possível o convívio tolerante e tranquilo tanto da abordagem prescritiva, quanto da descritiva da língua, contanto que não imponha à norma-padrão como a única opção válida de língua, e acolha a variação como um fenômeno da nossa língua que merece ser estudado.

No que se refere às habilidades destinadas ao componente Língua Portuguesa no Ensino Médio, na seção 5.1.2.1. *Língua Portuguesa no Ensino médio: campos de atuação social, competências específicas e habilidades*, encontramos apenas três habilidades que contemplam a variação linguística e estão relacionadas à competência específica 4, da área Linguagens e suas Tecnologias, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 9

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL	
PRÁTICAS DE LINGUAGEM: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.	
COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADES
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.	(EM13LP09) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola (BRASIL, 2018, p. 507).
	(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (BRASIL, 2018, p. 508).
	(EM13LP16) Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.) (BRASIL, 2018, p. 509).

Fonte: Quadro desenvolvido com base em Brasil (2018).

No que diz respeito à competência específica 4, como já comentamos

anteriormente, verifica-se que as habilidades relacionadas com tal competência operam em todas as práticas de linguagem: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica; e em todos os campos de atuação social, sendo eles: campo da vida pessoal, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública.

A habilidade EM13LP09 visa que o aluno compare a gramática tradicional com as gramáticas contemporâneas, porém não fica claro quais seriam tais gramáticas, subentendendo-se que possam ser as gramáticas descritivas do português. O intuito dessa comparação é fazer com que o aluno desmitifique a ideia de língua como um bloco único e, assim, compreenda a variação linguística como um fenômeno natural da língua e, conseqüentemente, entenda o predomínio da norma-padrão no ensino. Conforme Cyranka (2016), isso permite que os alunos desenvolvam um olhar crítico frente à gramática normativa. Porém, não fica explicitado como seria possível, a partir das comparações das gramáticas, o aluno analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola (BRASIL, 2018, p. 507), sendo que, como Bagno (2007) ressalta, não é uma questão linguística, mas social que determina o que é norma-padrão.

Por sua vez, a habilidade EM13LP10 propõe que os estudantes sejam capazes de analisar o fenômeno da variação linguística nos diferentes níveis da língua: fonético-fonológico, lexical, sintático, semântico e estilístico-pragmático, e em suas diferentes dimensões: regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária, etc. Nota-se que essa habilidade contempla inúmeros tipos de variação, inclusive no que tange ao social e aos grupos sociais: diatópica (regional), diacrônica (histórica), diafásica (situacional) e diastrática (social, ocupacional, etária). De acordo com o documento, isso possibilita que o aluno amplie a compreensão sobre a dinamicidade da língua, e sobre os fatores extralinguísticos que influenciam na constituição de variedades linguísticas prestigiadas e estigmatizadas; além de fundamentar o respeito linguístico e combater os preconceitos que vigoram em torno da língua. Nesse sentido, o documento propõe que os alunos compreendam que existem múltiplas variedades linguísticas e que estão sujeitas “[...] à avaliação social positiva e negativa [...]” (MOLLICA, 2017, p. 13), conferindo-lhe, portanto, prestígio ou estigma sociolinguístico. Porém, na habilidade, não há especificação de quais variedades seriam estigmatizadas e quais seriam prestigiadas.

Além disso, cabe destacar também que, embora o documento proponha o enfoque na avaliação social que pesa sobre as variedades linguísticas, ele não propõe, conforme afirma Mollica (2017), o tratamento dado ao tipo de inserção do falante na escala social, a depender dessa avaliação social.

Por fim, a habilidade EM13LP16 refere-se à produção e análise de textos orais, de acordo com seus respectivos contextos comunicativos, incluindo a adequação da variedade linguística empregada, dentre outros elementos que auxiliam na construção de sentido. Essa habilidade contempla a variação estilística (diafásica).

Diante dos dados expostos, nota-se que todas as habilidades que envolvem a variação linguística apresentada para o Ensino Médio têm relação com todas as práticas de linguagem: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo compreender como a BNCC propõe o trabalho com a variação linguística nos componentes de Língua Portuguesa dos ensinos Fundamental e Médio e se o que é proposto em termos de tratamento da variação linguística no documento contribui para uma pedagogia da variação linguística. Para isso, foram propostos os seguintes objetivos específicos: verificar se o tratamento da variação linguística está presente em todas as práticas de linguagem, analisar as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas em relação à variação linguística.

É importante destacar que, embora o documento adote a variação linguística como objeto de ensino, no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o espaço destinado para o tratamento desse fenômeno ainda não é muito amplo. No que concerne ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, mesmo que o trabalho com a variação linguística seja proposto em termos de um objeto de aprendizagem que pode ser trabalhado transversalmente em todos os eixos/práticas de linguagem, explicitamente a variação linguística é mais abordada como objeto de conhecimento e com competências e habilidades mais voltadas para dimensões e habilidades referentes a algumas práticas de linguagem que se realizam, especificamente, nas práticas/eixos de produção de texto, oralidade e análise linguística/semiótica.

Especificamente, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a variação linguística é abordada somente na prática de linguagem oralidade, para alunos do 3º, 4º e 5º anos. No Ensino Fundamental – Anos Finais, a variação é objeto de conhecimento da prática de linguagem análise linguística/semiótica, produção textual e oralidade, embora as habilidades destinadas a alunos do 6º ao 9º ano ocorrem, especialmente, na prática de linguagem análise linguística/semiótica. No Ensino Médio, a variação é mencionada como objeto de estudo de todas as práticas de linguagem: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.

Percebemos que o estudo da variação linguística no Ensino Fundamental, embora citado como transversal, é abordado mais exclusivamente nas práticas/eixos de produção de texto, oralidade e análise linguística/semiótica. Porém, é importante ressaltar que, conforme o próprio documento menciona, essa separação das práticas de linguagem se dá por uma questão de organização do texto, já que uma habilidade que está relacionada há um eixo/prática de linguagem também pode ser trabalhada em outra prática de linguagem ou eixo. Todavia, essa possibilidade corre o risco de não se concretizar na prática, caso os referenciais curriculares elaborados pelos estados ou os currículos das escolas não contemplem isso, uma vez que nem todo professor pode conseguir mobilizar uma habilidade relacionada à variação linguística de um eixo em outro.

Em relação ao segundo objetivo específico, verifica-se que, no Ensino Fundamental em geral, as aprendizagens essenciais, competências e habilidades que abordam a variação linguística contemplam: reconhecimento da diversidade linguística, respeito às variedades linguísticas e recusa ao preconceito linguístico. Além disso, são apresentadas habilidades para trabalhar com variação estilística (diafásica), norma-padrão, variação diamésica, mudança linguística, variação diastrática, variedades prestigiadas e estigmatizadas e questões identitárias. Pontualmente, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a habilidade proposta contempla: a variação diatópica, respeito e recusa ao preconceito linguístico. No Ensino Fundamental – Anos Finais são abordados os objetos de aprendizagem: reconhecimento da pluralidade linguística, conhecimento da norma-padrão, reconhecimento e combate ao

preconceito linguístico, variação estilística (diafásica), variação diamésica, mudança linguística e variação diacrônica.

No Ensino Médio, a variação linguística é contemplada no que tange às seguintes competências e habilidades: compreensão da dinamicidade e heterogeneidade da língua, adequação linguística, reconhecimento das variedades linguísticas como expressões identitárias, respeito e enfrentamento ao preconceito linguístico, comparação entre gramática prescritiva e descritiva da língua portuguesa brasileira, compreensão das variedades prestigiadas e estigmatizadas, e são abordadas as variações diatópica, diacrônica, diafásica/estilística e diastrática.

Constata-se que, nas duas etapas de ensino, o documento aborda conteúdos que contemplam a variação linguística e, ao mesmo tempo, não nega o estudo da norma-padrão, como pode se observar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e no Ensino Médio. Porém, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, não há clareza sobre o que está sendo entendido como norma-padrão, o que pode acarretar uma confusão conceitual.

Observa-se também que, embora o documento proponha como objetivo de aprendizagem o trabalho com variedades prestigiadas e estigmatizadas da língua, não apresenta quais seriam essas variedades, nem propõe explicitamente a problematização das bases que definem quais variedades são prestigiadas e quais são estigmatizadas; além de não abordar o tratamento dado ao tipo de inserção do falante na escala social, a depender dessa avaliação, pois, conforme os sociolinguistas defendem, essa avaliação conferida aos usuários de língua é social e não linguística.

A análise mostra os tipos de variação que são tratadas no documento. As aprendizagens essenciais, competências e habilidades propostas estão relacionadas aos tipos de variação: diatópica, diafásica/estilística, diamésica, diacrônica e diastrática, com predominância da variação estilística (diafásica), já que o documento propõe o desenvolvimento de várias habilidades relacionadas à adequação linguística e aos contextos sociocomunicativos. Contudo, competências e habilidades relacionadas às variedades diacrônica e diastrática (social) são propostas em menor proporção. No que concerne à variação diacrônica, a qual segundo os sociolinguistas, é pouco trabalhada na escola, verifica-se que também é pouco tratada, sendo abordada apenas duas vezes em todo o documento, que é no Ensino Fundamental – Anos Finais, na habilidade voltada para o 9º ano, e em uma habilidade voltada para o Ensino Médio. A variação diastrática (variação social) é mencionada explicitamente apenas uma vez no documento, no Ensino Médio, e duas vezes de forma indireta no Ensino Fundamental em geral, que pode ser subentendida como subjacente às habilidades relacionadas às variedades estigmatizadas e prestigiadas. Segundo Faraco (2015, p. 20), “a variação social [...], é de fato a verdadeira questão a ser enfrentada, já que é ela que serve de critérios para os gestos de discriminação dos falantes e de violência simbólica”, ao querer transformar a diferença linguística em marca de inferioridade.

Neste trabalho nos atemos mais aos dois primeiros objetivos, uma vez que não foi objetivo do artigo aprofundar como é proposto o trabalho com a norma-padrão ou norma culta no documento. Diante disso, compreendemos que o documento se aproxima consideravelmente do primeiro objetivo, que é conhecer e entender a variação linguística, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, devido às aprendizagens sintetizadas, ao responder o segundo objetivo específico deste artigo. Porém, também como verificamos no segundo objetivo deste trabalho, o documento não aborda muito a

variação diacrônica e social da língua, o que impossibilita um reconhecimento mais efetivo de todas as variedades linguísticas. Desse modo, a variação social relacionada, a qual, segundo Faraco (2015), continua sendo pouco tratada no ensino e, quando mencionada, é demonizada, o que inviabiliza a compreensão consistente da variação linguística, que é tão necessária para uma efetiva pedagogia da variação linguística (FARACO, 2020).

O segundo objetivo da proposta de pedagogia da variação linguística, que é entender e respeitar a variação linguística, é contemplado no documento tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, ao se propor o reconhecimento das variedades prestigiadas e estigmatizadas da língua, o respeito às variedades e combate ao preconceito linguístico. Porém, torna-se insuficiente, ao não propor competências e habilidades que problematizem o porquê de algumas variedades serem prestigiadas e outras estigmatizadas, assim como pelo fato de não propor competências e habilidades que problematizem de modo mais explícito o porquê do preconceito linguístico, nem da inserção que é conferida ao falante na escala social, a depender da variedade linguística que ele emprega.

Portanto, compreendemos que, embora o documento proponha objetivos de aprendizagem que contribuem para uma pedagogia da variação linguística, por não contemplar de modo completo todos os objetivos que devem ser alcançados para efetivação dessa pedagogia, o trabalho com a variação linguística proposto nos componentes de Língua Portuguesa dos ensinos Fundamental e Médio ainda não está ao todo concernente com uma pedagogia da variação linguística. Assim, encerramos com uma citação de Faraco (2020, n. p.): “ainda não conseguimos formular um discurso oficial que incorpore a variação linguística de forma consistente como um dos elementos articuladores de práticas de ensino de português. Avançamos, sem dúvidas, mas ainda há muito a ser feito”.

Referências

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, M. Por que “norma”? Porque “cultura”? In: BAGNO, M. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 38-70.

BONINI, A.; COSTA-HÜBES, T. da C. **O contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: cenas dos bastidores. In: COSTA-HÜBES, T. da C.; KRAEMER, M. A. D. (org.). Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular: compreensões subjacentes. Campinas/ SP: Mercado de Letras, 2019. p. 17-39.

BORTONI-RICARDO, S. M; DETTONI, R. V. **Diversidades linguísticas e desigualdades sociais**: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de (org.). Cenas de Sala de Aula. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001. p. 81-103.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala

de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M **Nós chegemu na escola, e agora?:** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. Brasília: MEC/Secretária da Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

CAVALCANTI, M. C. Línguas ilegítimas em uma visão ampliada de educação linguística. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 287-302.

CYRANKA, L. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, M. C.; JUNIOR, C. F. (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas:** uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 167-176.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 23-107. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/376270434/norma-culta-brasileira-desatando-alguns-noacutes-carlos-alberto-faraco-pdf>. Acesso em: 08 Abr. 2020.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.

FARACO, C. A. O desafio da implementação de uma pedagogia da variação linguística no ensino de língua materna. **Entrelinhas**, v. 11, n. 1, p. 132-134, 2017. Entrevista realizada por Carolina Knack. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/entr.2017.11.1.09>. Acesso em 02 Abr. 2020.

FARACO, C. A. Bases para uma Pedagogia da variação linguística. Abralin ao vivo apresentado por Raquel Freitag. [S. I.: n.], 2020. 1 vídeo (1h 09min 15seg). Publicado pelo canal Abralin ao vivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kS-RHie0Zw>. Acesso em: 9 maio 2020.

GERHARDT, A. F. L. M; AMORIM, M. A. de (Org.). Olhares indisciplinados sobre a BNCC. In: GERHARDT, A. F. L. M; AMORIM, M. A. de. **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas.** Campinas/SP: Pontes Editores, 2019. p. 17-22.

MOLLICA, M. C. **Fundamentação teórica:** conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 9-14.

PATRIOTA, L. M.; PEREIRA, P. R. F. O lugar da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹/The place of linguistic variation in the National Curricular Common Base (BNCC). **Revista Letras Raras**, v. 7, n. 2, p. 289-307, 2018. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/download/1066/722>. Acesso em: 14 Abr. 2020.

SANTOS, M. A. de; SANTANA, L. F. de. Abordagem da variação linguística na BNCC. **Revista Textus**, São Cristovão, v.1, n. 1, p. 15-25, abr. 2019. Disponível em: <https://revistatextushome.files.wordpress.com/2019/04/abordagem-da-variacao387c383o-linguistica-na-bncc.pdf>. Acesso em: 15 Abr. 2020.

SANTOS, A. S.; MELO, R. M. de. O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 115-132, set-dez/2019. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1654>. Acesso em 15 Abr. 2020.

SCHERRE, M. M. P. Preconceito linguístico, variação linguística e ensino. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 36, p. 11-26, 2008. Entrevista realizada por Jussara Abraçado. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/36/>. Acesso em 02 Abr. 2020.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Introdução**. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 7-15.